



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 3365/989/20
Poder LEGISLATIVO
Município Águas da Prata
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA
Período 12/2020
Relator Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Unidade Fiscalizadora UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU
Responsável JOSÉ SEBASTIÃO CHIODETO DA SILVA
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 079.471.208-89
Período de Gestão 01/01/2019 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

| Órgão | RP Proces | RP Não Proces |
|--------------|------------------|----------------------|
| | | |

| | | |
|------------------------------------|----------|--------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA | R\$ 0.00 | R\$ 5.900,00 |
|------------------------------------|----------|--------------|

Movimentação no Exercício

| Nome Órgão | Inscrições | Pagamentos | Cancelamentos |
|------------------------------------|------------|--------------|---------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA | R\$ 502,56 | R\$ 5.900,00 | R\$ 0.00 |

Posição atual

| Nome Órgão | RP Proces | RP Não Proces | Red Esperada |
|------------------------------------|--------------|------------------|-----------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA | R\$ 502,56 | R\$ 0,00 | R\$ 2.950,00 |

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

| Período | Gastos | RCL | % Gasto | % Permitido Legal |
|---------|----------------|-------------------|---------|-------------------|
| 12/2019 | R\$ 869.465,21 | R\$ 25.229.561,26 | 3,4462% | 6,0000% |
| 4/2020 | R\$ 884.155,48 | R\$ 25.193.201,41 | 3,5095% | 6,0000% |
| 8/2020 | R\$ 901.987,38 | R\$ 26.197.864,51 | 3,4430% | 6,0000% |
| 12/2020 | R\$ 901.422,26 | R\$ 26.805.368,92 | 3,3628% | 6,0000% |

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

| Período | Desp. Pessoal | RCL | % Gasto | % Ref. |
|---------|----------------|-------------------|---------|---------|
| 6/2020 | R\$ 889.146,20 | R\$ 25.294.923,32 | 3,5151% | 3,5151% |
| 7/2020 | R\$ 896.167,72 | R\$ 25.653.525,49 | 3,4934% | 3,5151% |
| 8/2020 | R\$ 901.987,38 | R\$ 26.197.864,51 | 3,4430% | 3,5151% |
| 9/2020 | R\$ 916.170,49 | R\$ 26.739.518,34 | 3,4263% | 3,5151% |
| | | | | |

| | | | | |
|---------|----------------|-------------------|---------|---------|
| 10/2020 | R\$ 914.236,04 | R\$ 24.613.759,98 | 3,7143% | 3,5151% |
| 11/2020 | R\$ 913.054,10 | R\$ 26.892.990,68 | 3,3951% | 3,5151% |
| 12/2020 | R\$ 901.422,26 | R\$ 26.805.368,92 | 3,3628% | 3,5151% |

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2020, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,3628%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2020, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco". Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2020, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

| | |
|---|---------------|
| Disponibilidade Financeira em 30/04 | R\$ 72.684,51 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04 | R\$ 0,00 |
| (-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04 | R\$ 13.922,20 |
| (-) Valores Restituíveis | R\$ 14.529,63 |
| (=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04 | R\$ 44.232,68 |
| Disponibilidade Financeira em 31/12 | R\$ 502,56 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12 | R\$ 502,56 |
| (-) Valores Restituíveis | R\$ 0,00 |
| (=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12 | R\$ 0,00 |
| Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04 | -100,0000% |

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

| Nomenclatura | Saldo Período Anterior | Movimento do Período | | Saldo Para o Período Seguinte |
|--|------------------------|----------------------|---------------|-------------------------------|
| | | Inscrição | Baixa | |
| <u>Restos a Pagar Processados</u> | R\$ 0,00 | R\$ 502,56 | R\$ 0,00 | R\$ 502,56 |
| <u>Restos a Pagar Não Processados</u> | R\$ 5.900,00 | R\$ 0,00 | R\$ 5.900,00 | R\$ 0,00 |
| Consignações | R\$ 0,00 | R\$ 83.141,84 | R\$ 83.141,84 | R\$ 0,00 |
| Depósitos | | | | |

| | | | | |
|--------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| | R\$ 0,00 | R\$ 35.438,74 | R\$ 35.438,74 | R\$ 0,00 |
| Outros | R\$ 10.550,25 | R\$ 1.094.597,80 | R\$ 1.081.439,14 | R\$ 23.708,91 |
| Total | R\$ 16.450,25 | R\$ 1.213.680,94 | R\$ 1.205.919,72 | R\$ 24.211,47 |

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

| | |
|--|------------------|
| Repasse total da Prefeitura (A) | R\$ 1.176.000,00 |
| Despesas com inativos e pensionistas (B) | R\$ 634,67 |
| Encargos Patronais (C) | R\$ 149.261,13 |
| Verbas Indenizatórias(*) (D) | R\$ 0,00 |
| Despesas com folha de pagamento (E) | R\$ 901.422,26 |
| Despesa com folha/Transferências realizadas (F = (E-D-C-B)/(A-B)) | 63,94% |
| Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000) | 70,00% |
| (*) Exclusão destes valores conforme TCs 005078.989.16-7 e 001177/026/15 | |

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 63,94%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

| | |
|--|-------------------|
| Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP) | R\$ 19.969.728,09 |
| Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP) | R\$ 20.204.363,08 |
| Despesa total com remuneração de Vereadores | R\$ 264.075,00 |
| Limite art.º 29-A da CF/88 | 5,00% |
| Apuração do limite (sem CIP) | 1,32% |
| Apuração do limite (com CIP) | 1,31% |

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,31%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

| | |
|--|-------------------|
| População do Município (*) | 8137 |
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP) | R\$ 19.969.728,09 |
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP) | R\$ 20.204.363,08 |
| Percentual Máximo Permitido | 7,00% |
| Valor Permitido para Repasses | R\$ 1.414.305,41 |
| Total de Despesas do exercício | R\$ 1.068.858,02 |
| Percentual Apurado (sem CIP) | 5,35% |
| Percentual Apurado (com CIP) | 5,29% |

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 5,29%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 30/04/2021
Hora da Geração: 09:59:52